



**MUITAS MÃOS À OBRA:**  
escravos, guaranis, mestiços e família nos distintos modos de trabalho no  
Espaço Oriental Missioneiro  
(Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1859)

Leandro Goya Fontella<sup>1</sup>

*Introdução: o espaço no tempo e seu contexto econômico-produtivo*<sup>2</sup>

O processo de incorporação do Espaço Oriental Missioneiro<sup>3</sup> aos domínios luso-brasileiros, ocorrido, *grosso modo*, entre 1801 a 1828, se deu em meio à trajetória de definição dos limites fronteiriços na região platina, o qual vinha acontecendo, ao menos, desde meados do século XVIII. A conquista desta região às possessões luso-brasileiras, e sua manutenção, engendraram significativas transformações naquele espaço até meados do século XIX, dentre estas se destaca o estabelecimento de uma matriz produtiva agropastoril assentada em uma combinação de trabalho escravo e diversas formas de trabalho livre. Já em sua composição social e, na falta de um termo mais apropriado, racial, a região foi marcado por uma rica diversidade, uma vez que acabou sendo composta basicamente por guaranis missioneiros (descendentes daqueles que haviam passado pelo processo reducional das missões jesuíticas entre os séculos XVII e XVIII) que foram incorporados ao Império português (e posteriormente ao Império brasileiro), luso-brasileiros, que migravam cada vez mais e em maior número, e escravos (africanos e crioulos), trazidos junto com seus senhores.

A diversificação econômico-produtiva foi uma das principais características da zona das missões no período que se estende de 1828 a 1859. O pastoreio de gado *vacum*, que produzia reses que se destinavam a abastecer as charqueadas do leste da província, por ser mais rentável foi a

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo PPGH/UFRGS, bolsista CNPq; orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Célia Lima Xavier; e-mail: leandro-goya@hotmail.com.

<sup>2</sup> Nesta seção, as considerações feitas sobre a região das missões (Vila de São Borja) foram feitas com base nos resultados obtidos em nossa pesquisa de mestrado que está em estágio final. Devido às exigências dimensionais do texto, e como se trata de uma seção introdutória deste, não iremos apresentar a base empírica que nos levou a estas conclusões. Estas e as respectivas análises estarão em FONTELLA, L. G. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, [texto inédito]; [dissertação de mestrado].

<sup>3</sup> Pode-se dizer que esta região compreendia significativa parte da atual fronteira oeste do Rio Grande do Sul. A Província de Missões, a partir de 1834, acabou por constituir a Vila de São Borja, espaço de interesse específico de nossa investigação. Os Campos ao sul do rio Ibicuí após 1831 viriam a constituir o espaço da Vila de Alegrete.



prática produtiva mais recorrente. Como na maioria das regiões pastoris do Rio Grande de São Pedro, a distribuição dos recursos produtivos (por exemplo, gado, terra e escravos) se deu de forma bastante desigual. Identificamos uma estrutura composta por poucos grandes estancieiros que concentravam a maior parte do rebanho e grandes extensões territoriais, e uma ampla quantidade de criadores de poucos animais, mas que em sua maioria eram detentores de pequenos lotes de terras. Em uma perspectiva comparativa, a pecuária bovina da zona missioneira era mais modesta do que a desenvolvida na região da Campanha, onde se encontravam os melhores campos para a atividade pastoril, porém, maior do que a praticada na região do Planalto.<sup>4</sup>

Já em relação à criação de mulas, ela esteve bastante difundida pela região, e quase na absoluta maioria dos estabelecimentos produtivos em que se produziam mulas, esta atividade dividia espaço com a pecuária bovina. Em comparação a esta, a criação de gado muar não atingiu a mesma monta econômica. No entanto, representou uma das estratégias mais viáveis para diversificar a produção e ampliar o espectro de possibilidades econômicas e produtivas dos produtores que buscavam se tornar menos vulneráveis diante das precariedades do universo agrário em que habitavam. A disseminação da criação de mulas nos leva a crer que se tratava de um ramo de produção comercialmente atrativo e economicamente viável. Portanto, acreditamos que os volumes de produção não se fizeram desprezíveis. Se assim não tivesse ocorrido, uma atividade com considerável grau de especialização e investimento (monetário, de tempo, etc.) não teria se disseminado por boa parte das unidades de produção. Ao cotejarmos nossas fontes e outras pesquisas que tiveram como sítio de pesquisa regiões vizinhas a Vila de São Borja, pudemos perceber que, em termos dimensionais, a pecuária muar na região das missões era maior do que a praticada na Campanha, mas não chegava a dimensão que adquiriu no Planalto, região que havia se tornado em um importante entreposto do circuito comercial da Feira de Sorocaba, onde o gado muar era comercializado.

---

<sup>4</sup> Este quadro comparativo foi elaborado através da confrontação de nossos resultados de pesquisa com os estudos de ARAÚJO, T. L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008; [dissertação de mestrado]; e FARINTATTI, Luis Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865)*. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, [2007] 2010. Enquanto Araújo focou sua investigação na Vila de Cruz Alta na região do Planalto sul rio-grandense, as análises de Farinatti recaíram sobre a Vila de Alegrete, localizada na região da Campanha sul rio-grandense. Portanto, salvo indicação específica, sempre que estivermos nos referindo as regiões do Planalto ou da Campanha, estamos fazendo referência aos trabalhos destes autores.



Por sua vez, a agricultura também teve seu espaço na matriz produtiva do espaço missioneiro. Segundo os relatos de contemporâneos, o milho, o feijão e a mandioca foram os principais gêneros produzidos na região. Em significativa parte das unidades de produção, as práticas agrícolas se faziam presentes, quase sempre coexistindo com atividades pastoris. Por meio delas, os produtores procuravam dar conta de parte de suas necessidades de produtos alimentícios, e os excedentes eram destinados ao mercado regional, voltado, principalmente, à região da Campanha, que possuía produção agrícola bem inferior à constatada para a zona missioneira. Pequena quantidade daqueles excedentes também era exportada à região platina através dos portos do rio Uruguai. O dinamismo deste comércio ensejava uma intensa interação entre os produtores de diferentes envergaduras econômicas, já que, nem uns, nem outros tinham a capacidade de autossuficiência, e por isso precisavam recorrer ao mercado.

Além de tudo isso, ainda havia a produção de erva-mate e, em menor escala, de couro e subprodutos do gado. Estas atividades se constituíram em outros nichos produtivos que, dado aos poucos investimentos que exigiam, abriram possibilidades a um grande número de produtores pobres, sem que os produtores de maior envergadura fossem alijados destes processos produtivos, embora se dedicassem a eles com menor frequência. Em especial, o processo de produção e exportação da erva-mate movimentava uma complexa cadeia de agentes, desde os coletores, que faziam a extração do mate nos ervais, passando pelos comerciantes regionais, se estendendo pelos encarregados dos transportes (terrestre e fluvial) do produto, até chegar as diversas praças comerciais distribuídas pela bacia do Prata. Portanto, a cadeia produtiva da erva-mate também auxiliava a diversificar e dinamizar a matriz econômico-produtiva da fronteira oeste da província, especialmente, na zona das missões e do Planalto. Esses produtos eram dirigidos para a região do Prata por meio do Uruguai, rio que se tornou um canal de articulação entre a fronteira oeste da província e os Estados platinos. Para além dos constantes conflitos que envolviam estes Estados e o Rio Grande de São Pedro, a histórica ligação destes territórios também era mantida pelo intenso comércio que passava pelo Uruguai.

Vale ressaltar ainda que os diferentes processos produtivos desenvolvidos na região missioneira se vinculavam a diferentes circuitos comerciais: a pecuária bovina se ligava ao complexo porto-charqueador do leste da província, a pecuária muar a Feira de Sorocaba, as produções de gêneros agrícolas e de farinhas voltadas principalmente à região da Campanha e, por fim, a erva-mate e couros que se destinavam à região platina. Este cenário se torna ainda mais



complexo quando lembramos que muitos destes produtores se articulavam a todos estes circuitos, ou, ao menos, a alguns destes.

Enfim, com base nesta noção sobre a estrutura da matriz produtiva agrária da zona missioneira, cabe-nos, portanto, a partir daqui desvelar alguns dos distintos grupos sociais que se inseriam nestas atividades produtivas. Sendo assim, nas próximas seções procuraremos identificar a presença e a representatividade do trabalho cativo e de outros modos e mão-de-obra que coexistiam na região missioneira e que faziam girar as engrenagens dos distintos processos produtivos. Em primeiro lugar, iremos problematizar algumas características populacionais sobre o espaço em análise. Em seguida, por meio de inventários *post-mortem*, examinamos a posse de escravo em uma perspectiva comparativa com outros estudos que também analisam áreas pastoris no Rio Grande de São Pedro e no restante do Brasil. Por fim, realizamos algumas considerações sobre a inserção de parte da população de ascendência guarani em distintas esferas da sociedade envolvente, inclusive nas atividades produtivas com caráter familiar, situação que foi comum aos pequenos produtores da região.

#### *As estatísticas populacionais do século XIX: problematizações e lacunas*

Do início do século XIX até o fim da década de 1850, quase não contamos com informações censitárias para Vila de São Borja. Além disso, os dados demográficos que temos acesso, oriundos dos censos de 1814, 1846 e 1858, são bastante imprecisos.<sup>5</sup> Mesmo conscientes que as informações contidas nos levantamentos estatísticos do período são bastante frágeis, entendemos que podem nos ser úteis, senão para estabelecermos um perfil exato, ao menos para termos uma ideia aproximada do universo populacional da Vila.

Mesmo estando fora do recorte temporal abordado por esta investigação, o censo de 1814 nos apresenta alguns dados interessantes que podem ser problematizados.

**Quadro 1**  
**População da Província de Missões**  
**(1814)**

Indígenas	6.395
Branco	824

<sup>5</sup> Neste texto, utilizaremos os dados dos censos de 1814 e 1858.



Livres de cor	77
Escravos	252
Recém nascidos	403

Censo de 1814. In: Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950**. Porto Alegre, 1981, p. 50.

Como era de se esperar, em 1814, o universo populacional da Província de Missões (que em 1833-34 passou a ser chamada de Vila de São Borja) ainda era composto predominantemente por indígenas. Os sujeitos ditos brancos, luso-brasileiros, ainda não haviam chegado a um mil. Por seu turno, os escravos já passavam dos 250, número que comprova a presença de cativos desde os primórdios do povoamento luso-brasileiro no Espaço Oriental Missioneiro. Considerando apenas brancos, livres de cor e escravos, os últimos representavam aproximadamente 22% dos novos povoadores da região. Este número se torna ainda mais representativo quando considerarmos que muitos daqueles *brancos* eram soldados, que estavam destacados para guarnecer uma área que não se tinha certeza de que continuaria sob o domínio luso-brasileiro, e não povoadores efetivos. De passagem por São Borja sete anos após o censo, Auguste de Saint-Hilaire afirmou em diversas passagens o caráter militar da região. Em 19 de fevereiro de 1821 o botânico francês anotou,

o que me impressionou, ao entrar na aldeia foi, por um lado, o estado de decadência e abandono a que está reduzida e, de outra parte, o aspecto militar sob o qual ela se apresenta. Veem-se aí apenas soldados e fuzis; a cada passo encontramos sentinelas e, diante da casa do comandante, outrora residência dos jesuítas, estão alinhados vários canhões.<sup>6</sup>

Três dias depois, o viajante voltara a se referir ao militarismo do local, “[...] este lugar só pode ser considerado atualmente uma praça de guerra. Encontram-se aí a residência do comandante da província, onde está acantonado o regimento dos guaranis, e a casa do coronel do regimento de milícias, e a casa do coronel do regimento de milícias, da qual há sempre um destacamento na aldeia”.<sup>7</sup> Já no segundo dia de março, Saint-Hilaire alertava que era “extremamente necessário

<sup>6</sup> SAINT-HILAIRE, A. de. *Viajem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, [1820-21] 2002, p. 270.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, p. 276.



diminuir o aspecto militar desta província. [...]. Os *brancos* [estão] sempre empregados no serviço militar [...].”<sup>8</sup>

O significativo número de escravos naquela região mostra que, desde o início do povoamento luso-brasileiro, o trabalho cativo foi fundamental para dar conta da produção dos estabelecimentos produtivos dos novos povoadores. Muito possivelmente, a oferta de trabalhadores livres estáveis era muito inconstante e cara naquela conjuntura de frequente belicosidade. Desse modo, entre outras razões, a mão-de-obra cativa, provavelmente, se configurou na forma mais segura de atender a demanda por trabalhadores estáveis frente a um quadro de guerra constante e incertezas institucionais.

Em 1858, foi elaborado o *Mapa estatístico da população da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o total de livres libertos e escravos* [doravante *Mapa estatístico de 1858*]. Dentro do período pesquisado (1828 – 1859), este é o primeiro que nos informa sobre a representatividade da população cativa no conjunto total da população da Vila. Cremos, portanto, que os dados apresentados pelo *Mapa estatístico de 1858* nos possibilitam ter uma primeira aproximação do perfil da população cativa da região em análise.

**Tabela 1**  
**População da Vila de São Borja segunda a condição jurídica (1858)**

	Livres		Libertos		Escravos		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Vila de São Borja	8059	86	64	1	1240	13	9463
São Patrício de Itaquí <sup>9</sup>	5554	84	63	1	1014	15	6631
	13613	85	127	1	2254	14	16094

**Fonte:** Mapa estatístico da população da Província classificada por idades, sexos, estados e condições com o total de livres libertos e escravos [doravante, *Mapa Estatístico de 1858*]. In: Fundação de Economia e Estatística. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul** - Censos do RS 1803-1950 [doravante, FEE]. Porto Alegre, 1981, p. 69.

De acordo com o *Mapa estatístico de 1858*, escravos e libertos representavam em torno de 15% da população total da Vila de São Borja. Enquanto que o *Mapa estatístico de 1858* indica que em São Borja a soma dos percentuais entre escravos e libertos atinge a marca 15% de toda a

<sup>8</sup> Idem, ibidem, p. 279. [*grifos nossos*]

<sup>9</sup> Consideramos os dados disponíveis para São Patrício de Itaquí, pois esta localidade foi distrito da Vila de São Borja até o ano de 1858-59 quando foi elevada à condição de vila com a abertura da Câmara Municipal de Vereadores. No conjunto de processos de inventários compulsados estão inclusos os abertos neste distrito.



população da vila, para regiões vizinhas como Cruz Alta e Alegrete, ele mostra que escravos e libertos chegavam a compor em torno de 18% e 23% da população total das respectivas vilas, sendo que o percentual de libertos girou em torno de 1% em cada uma dessas vilas. Em outras áreas brasileiras de pecuária como em Guarapuava, na Província do Paraná, no ano de 1854, os escravos eram responsáveis por cerca de 16% da população de tal freguesia<sup>10</sup>, índice muito semelhante ao verificado na zona missioneira. Já em Palmas, também no oeste paranaense, a população escrava no mesmo ano atingiu a representatividade de 22%,<sup>11</sup> número que se aproxima ao visto na região da Campanha.

Entre outras coisas a maior participação de escravos e libertos na população total de Alegrete, talvez, possa ser atribuída ao maior potencial econômico desta vila se comparado a Vila de São Borja. Na região da Campanha, devido aos seus melhores campos, foi desenvolvida uma pecuária bovina de maior monta do que nas zonas missioneira e do Planalto. A considerável presença de criadores de enorme envergadura na Campanha, provavelmente, fez com que naquela região tivesse havido um número maior de escravos, uma vez que, eram nas escravarias dos grandes estancieiros onde se concentrava significativa parte dos cativos.

**Tabela 2**  
**População escrava da Vila de São Borja segundo o sexo (1858)**

	Homens		Mulheres		Total
	Nº	%	Nº	%	
Vila de São Borja	609	49	631	51	1240
São Patrício de Itaqui	524	52	490	48	1014
	1133	50	1121	50	2254

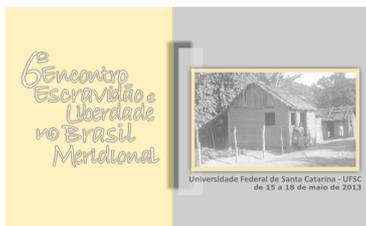
**Fonte:** Mapa estatístico de 1858. In: FEE. Porto Alegre, 1981, p. 69.

Os números da tabela 2 indicam o equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres escravos. Esta circunstância pode ser um indício de que em São Borja, quase ao fim da década de 1850, a população escrava era composta predominantemente por cativos crioulos.<sup>12</sup> A falta de

<sup>10</sup> FRANCO NETTO, F. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Curitiba: PPGH/UFPR, 2005. (Tese de doutorado).

<sup>11</sup> SIQUEIRA, A. P. P. *Cativeiro e Dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888*. Florianópolis: PPGH/UFSC, 2010. (Dissertação de Mestrado).

<sup>12</sup> O desequilíbrio entre os sexos fora estimulado pelo ingresso de homens africanos via tráfico negreiro. Assim, populações cativas onde predominavam africanos tendiam a contar consideravelmente mais com homens do que com



informações censitárias sobre a população escrava para as décadas anteriores nos impede, no momento, de averiguarmos se houve transformações significativas nas taxas de equilíbrio entre os sexos da população escrava. Da mesma forma, a ausência de discriminação da procedência dos escravos (africanos ou crioulos) considerados no *Mapa estatístico de 1858* impõe, por ora, sérios limites as nossas análises. Mesmo que o quadro informativo elaborado até o momento proporcione uma visão panorâmica sobre o universo populacional da região analisada, entendemos, entretanto, que em muitos aspectos ele reproduz a superficialidade dos levantamentos estatísticos com que trabalhamos. De certa forma, o quadro apresentado tende a ficar distorcido, já que, suas informações retratam um momento específico.

Buscando sanar estas lacunas, em trabalho anterior, por meio de dados oriundos dos registros de batismos da Matriz de São Francisco de Borja e de inventários *post-mortem* abertos naquela Vila, procuramos perceber a presença e a representatividade da população cativa na região missioneira.<sup>13</sup> Em resumo, verificamos que o fluxo de batizados de escravos crioulos na Matriz de São Francisco de Borja foi constante durante todo o período abordado, o que indica a existência de um núcleo populacional estável de cativos na região. Além disso, notamos através dos inventários o processo de envelhecimento da população africana, a qual não vinha sendo repostada. Ao mesmo tempo, a reprodução natural da população cativa gerava uma população crioula que se conservava jovem. Em consequência desses processos, a taxa de razão de masculinidade da população escrava inventariada se reduziu significativamente entre 1828 e 1859, desencadeando aquele contexto de equilíbrio entre o número de homens e mulheres escravos na década de 1850 (ver tabela 2). Relacionando estas interpretações, concluímos que a reprodução natural foi a principal responsável pela conservação daquele núcleo populacional estável de escravos.

Sabendo, portanto, que havia um núcleo populacional estável de escravos, composto majoritariamente por crioulos, que se conservava por meio da reprodução natural, precisamos examinar como se deu a distribuição da posse de escravos pelo tecido social.

---

mulheres. Em contrapartida, populações escravas predominantemente crioulas, devido à reprodução natural, tendiam ao equilíbrio entre homens e mulheres, uma vez que não se podia escolher o sexo das crianças que nasciam.

<sup>13</sup> FONTELLA, L. G. Terra vermelha, braços negros: tendências demográficas da população escrava no Espaço Oriental Missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1859). In: *Anais do XI Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*. Rio Grande (RS): FURG, 2012.



### *Estrutura de posse de escravos*

Pudemos perceber por meio do exame do censo de 1814 que desde o início do povoamento luso-brasileiro na zona missioneira os cativos se fizeram presentes e, ao longo da primeira metade do século XIX se constituiu um núcleo populacional cativo que se conservava através da reprodução natural. Passaremos a partir de agora a examinar o quanto a posse de escravos esteve difundida pela malha produtiva da Vila de São Borja.

Porém, antes de iniciarmos nossa análise, precisamos fazer uma retratação. Em trabalho anterior,<sup>14</sup> através de uma estimativa feita por meio dos *Catálogos da Escravidão do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul* (doravante, Catálogos do APERS),<sup>15</sup> apuramos que em torno de 55% dos processos de inventários *post-mortem* abertos na Vila de São Borja entre 1828 e 1849 eram de proprietários de escravos. Todavia, com o consequente prosseguimento e refinamento da pesquisa, nos deparamos com diversos processos de produtores escravistas que não constam nos Catálogos do APERS.<sup>16</sup> Desse modo, para o mesmo período, por meio de nossa amostragem de todos os inventários abertos em anos pares, averiguamos que de 48 processos, em 43 deles haviam escravos arrolados. Em termos percentuais, este número representa aproximadamente 90%, ou seja, bastante superior aos 55% estimados através dos Catálogos do APERS. Além disso, como nossa pesquisa se estende até o fim da década de 1850, encontramos mais 8 processos com escravos que não constam nos Catálogos do APERS.<sup>17</sup> Neste intervalo, levantamos 62 inventários, dos quais 49 (79%) de produtores escravistas.<sup>18</sup>

<sup>14</sup> FONTELLA, L. G; RIBEIRO, M. R. P. Trabalho escravo na região de Missões (Vila de São Borja, primeira metade do Século XIX). In: *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, p. 45-57, 2012a.

<sup>15</sup> Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Documentos da escravidão:** inventários: o escravo deixado como herança / Coordenação Bruno Stelmach Pessi. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

<sup>16</sup> Inventário de Maria Marta Cabral e Santiago Aquino. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1834, processo nº: 03, APERS; Inventário de Felisberto Leite Cavalheiro e Ezequiel Maria. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1840, processo nº: 12, APERS; Inventário de Sezefredo Antônio de Araújo. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1844, processo nº: 16, APERS; Inventário de José Pedro Souto. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1846, processo nº: 22, APERS.

<sup>17</sup> Inventário de Felizarda Dias Vieira. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Cível e Crime, ano: 1852, processo nº: 11, APERS; Inventário de Gabriel Domingues de Carvalho e Ana Maria de Carvalho. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1852, processo nº: 64, APERS; Inventário de José Nunes de Oliveira. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1852, processo nº: 66, APERS; Inventário de Manoel dos Santos Loureiro. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: Itaqui, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1854, processo nº: 51, APERS; Inventário de Romualdo José Pinto. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1856, processo nº: 109, APERS; Inventário de Joaquina Maria de Lima. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade:



Feito estas ponderações, partiremos para as análises da disseminação da posse de escravos. Como já colocamos, entre 1828 a 1850, cerca de 90% dos inventários tiveram escravos arrolados, enquanto que entre 1851 a 1858, foram 79%. Considerando todo o período 1828 a 1858 os inventários de escravistas representam aproximadamente 84% (92 de 110 inventários). Número semelhante aos 87% que Helen Osório (2005) encontrou para toda a Capitania do Rio Grande de São Pedro para o período colonial (1765 – 1825). Para Alegrete, Luís Augusto Farinatti ([2007] 2010) verificou que nas três décadas entre 1831 e 1860 o percentual dos criadores de gado que possuíam escravos foi de 86%, 82% e 85% respectivamente. Estes valores se aproximam do percentual de 84% averiguados para São Borja de 1828 a 1858. Contudo, nesta há uma tendência de diminuição dos inventários com escravos, enquanto que naquela, o índice se mantém quase no mesmo patamar. Por sua vez, Thiago Araújo (2008) averiguou que em Cruz Alta (1834 – 1884) 73% dos processos de inventários tinham escravos, percentual consideravelmente inferior ao visto para São Borja.<sup>19</sup> Nesse sentido, podemos afirmar que em relação a difusão da posse de escravos, o espaço missioneiro (São Borja) reproduzia a estrutura do Rio Grande de São Pedro colonial e, no contexto monárquico, se aproximava mais da região da Campanha (Alegrete) do que da região do Planalto sul rio-grandense (Cruz Alta).

Em outras áreas de pecuária do Império as representatividades dos produtores escravistas estiveram próximas daquela que constatamos para a zona missioneira. Raimundo N. R. de Souza (2012) verificou que no período colonial (1709 – 1822) no Sertão do Acaraú, região norte do Ceará, 87% dos inventários abertos possuíam escravos avaliados.<sup>20</sup> Examinando um longo período que vai de 1770 a 1887, Versiani e Vergolino (2003) constataram que no Sertão e Agreste de Pernambuco 83% e 73%, respectivamente, dos proprietários inventariados eram senhores de

---

Itaqui, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1856, processo nº: 64, APERS; Inventário de Justina Maria da Conceição. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1858, processo nº: 126, APERS; Inventário de Maria Clara de Jesus. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1858, processo nº: 129, APERS.

<sup>18</sup> Esclarecemos que nosso objetivo não é criticar o extraordinário trabalho de catalogação realizado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) através do projeto documentos da escravidão. Os catálogos contendo verbetes são ótimas ferramentas de auxílio para os pesquisadores e ajudam a dinamizar a investigação. É compreensível que se encontre pequenas falhas em um projeto tão grandioso que buscou levantar e catalogar em verbetes todos os documentos que tivessem referências a escravos. Em verdade, por meio de nossa experiência, queremos alertar para a utilização equivocada dos Catálogos, estes devem ser tomados como instrumentos assistenciais para a prospecção dos documentos, mas não podem ser tomados enquanto tais, para que não se venha a cometerem-se sérios equívocos.

<sup>19</sup> Entre 1834 e 1849 foram 73% de inventários com escravos, passando na década de 1850, para 75,7%. ARAÚJO, op. cit., p. 78.

<sup>20</sup> SOUZA, R. N. R. de. Negros no Sertão do Acaraú (Século XVIII). In: *Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural*. Teresina (PI): UFPI, 2012.



escravos.<sup>21</sup> Em Rio das Contas na Bahia, “região essencialmente rural, com uma economia baseada na agricultura, pecuária, e voltada para a subsistência de abastecimento dos mercados vicinais [...]”,<sup>22</sup> ao longo do século XIX, 88% dos inventariados eram senhores de escravos.<sup>23</sup> Em contrapartida, nas regiões pastoris da província do Paraná, a proporção de produtores escravistas esteve bem aquém dos averiguados no Rio Grande de São Pedro. Por meio de um documento intitulado de *Inventário dos Bens Rústicos* (um cadastro de terras), elaborado em 1818, Horácio Gutierrez (2006) verificou que em Castro e Palmeira, núcleos essencialmente pecuaristas da província do Paraná, o percentual de proprietários com escravos residentes foi de 52,4% e 39% respectivamente.<sup>24</sup>

Em que pesem as diferenças de períodos, podemos notar que em contraste tanto com áreas do próprio Rio Grande de São Pedro, quanto de outras regiões pastoris do Brasil, a zona missioneira foi marcada por uma expressiva presença de produtores escravistas. Boa parte destes eram senhores de poucos escravos. Os pequenos e médios senhores representaram aproximadamente 74% do universo de produtores escravistas, mas detinham apenas 42% dos escravos. Em contrapartida, os 48% restantes dos cativos se concentravam nas escravarias de grande dimensão, as quais representavam somente 26% de todas as escravarias. Além disso, nas seis maiores escravarias estavam um quarto dos escravos, mostrando que havia uma pequena elite de produtores escravistas que concentrava um expressiva parcela dos cativos.

QUADRO 2 - Estrutura de posse de escravos da Vila de São Borja (1828 - 1858)								
Dimensão da escravaria	Nº de proprietários	% do nº de proprietários	Nº de escravos					
			Homens	%	Mulheres	%	Total	%
1 a 4	39	42%	48	51	47	49	95	14
5 a 9	29	32%	100	52	92	48	192	28
10 a 19	18	20%	122	56	97	44	219	32
Mais de 19	06	06%	104	61	66	39	170	25
	92	100%	374	55	302	45	676	100

<sup>21</sup> VERSIANI, F. R.; OLIVEIRA, J. R. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, 33 (2): 353 – 393, abr-jun 2003.

<sup>22</sup> ALMEIDA, K. L. N. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia* (século XIX). Salvador: PPGH/UFBA, 2006, p. 21.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, p. 39.

<sup>24</sup> GUTIERREZ, H. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. In: *HISTÓRIA*, SÃO PAULO, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.



**Fonte:** Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828 - 1858) e do Distrito de São Patrício de Itaquí (1830 – 1858), APERS.

Os dados averiguados para a região missionaria estão em sintonia com o padrão que vem sendo verificado para o Rio Grande de São Pedro e para a grande maioria das regiões do território brasileiro no período de vigência da escravidão, seja em zonas de economia ligada a exportação, seja nas áreas voltadas para o abastecimento do mercado interno. Para o meio rural do Rio Grande de São Pedro do período colonial, a concentração foi ainda maior, 75% dos proprietários eram pequenos e médios escravistas, e detinham apenas 35% dos cativos, conseqüentemente, os grandes escravistas (25%) concentravam 65% dos escravos em suas senzalas.<sup>25</sup> Em Cruz Alta, entre 1834 e 1849, os valores encontrados foram bastante semelhantes, 35% dos escravos estavam nas pequenas e médias escravarias, que representavam cerca de 77% do conjunto de escravarias, em contraste, 23% dos proprietários acumulavam 65% dos escravos. Nesta mesma localidade, na década de 1850, embora tenha havido pequenas variações, em termos gerais, o padrão de concentração da posse de escravos permaneceu o mesmo, ou seja, 71,5 % de pequenos e médios escravistas com 36% dos escravos, e 28,5% de grandes escravistas que concentravam 64%.<sup>26</sup> Já em Alegrete, no período de 1829 a 1849, o número de grandes escravistas chegou a aproximadamente 30%, e concentravam em suas senzala cerca de 70% dos escravos, logicamente que os outros 30% dos cativos estavam em pequenas e médias escravarias.<sup>27</sup> Nas duas décadas posteriores, o número de grandes escravistas caiu para 26% e passaram acumular em torno de 60% dos escravos, por outro lado, as pequenas e médias representavam 74% das escravarias, mas contavam com cerca de 40% dos cativos.<sup>28</sup>

Para além do Rio Grande de São Pedro, podemos perceber, pelos dados apresentados por Raimundo de Souza, que no Sertão do Aracaú no Ceará, a concentração era ainda maior. Naquela região, no longo período abordado por este autor, 56% dos proprietários possuíam até 4 escravos e concentravam somente 23% destes.<sup>29</sup> No Sertão de Pernambuco, aproximadamente 82% dos produtores eram proprietários de até 10 escravos, e acumulavam aproximadamente 56% dos cativos.<sup>30</sup> Já no Agreste de Pernambuco, a concentração não foi tão aguda, nesta área, em torno de

<sup>25</sup> OSÓRIO, op. cit., p. 14.

<sup>26</sup> ARAÚJO, op. cit., p. 70.

<sup>27</sup> MATHEUS, M. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo (RS): Oikos; Editora Unisinos, 2012, p. 82.

<sup>28</sup> Idem, *ibidem*, p. 85.

<sup>29</sup> SOUZA, op. cit..

<sup>30</sup> VERSIANI; OLIVEIRA, op. cit., p. 362.



42% dos escravos estavam nas escravarias com até 10 cativos, as quais representavam cerca de 82% do universo destas.<sup>31</sup> Em Rio das Contas na Bahia, do início do Oitocentos até 1871, aproximadamente dois terços dos escravos se situavam em senzala com mais de 10 cativos, as quais representavam em torno de um quarto das escravarias.<sup>32</sup>

Na região pastoril de Araxá nas Minas Gerais, por meio de listas nominativas, Débora dos Reis verificou que os senhores com até 10 escravos nunca foram menos de 65% dos produtores. No início da década de 1830 eles chegaram a ser aproximadamente 88% do universo dos senhores de escravos, e dividiam entre si em torno de 51% dos cativos, o que quer dizer também, que quase a metade dos escravos estavam sob o poder de apenas 12% dos proprietários. Essa forte concentração se manteve nas décadas posteriores, entre 1856 e 1858, os grandes escravistas representavam cerca de 30% dos produtores e possuíam aproximadamente 68% dos escravos.<sup>33</sup> Em Guarapuava, província do Paraná, na década de 1850, a concentração de escravos nas grandes escravarias foi bastante considerável. Nesta região, em torno de 45% dos cativos pertenciam a 14% dos proprietários com mais de 10 cativos, enquanto que 55% estavam em escravarias com até 10 escravos.<sup>34</sup>

Enfim, através dessa perspectiva comparativa, pudemos constatar que a disseminação da posse escrava na região das missões reafirmava uma estrutura que se reproduzia por todo o Brasil, seja no período colonial, quanto no monárquico. Isto é, na zona das missões, como na maior parte das regiões brasileiras, havia a dispersão da posse escrava pelo tecido social com a presença de muitos pequenos e médios senhores de escravos, no entanto, estes dividiam espaço com uma elite de proprietários de muitos cativos, os quais concentravam em suas senzalas a maior parte dos escravos.

### *Guaranis na região das missões no século XIX*

Os guaranis habitavam os territórios meridionais da América desde os tempos pré-históricos. Em meio ao contato com os ibéricos durante o processo de colonização da América na época

---

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*, loc. cit.

<sup>32</sup> ALMEIDA, op. cit., p. 40.

<sup>33</sup> REIS, D. O. M. dos. Características demográficas dos escravos em Araxá (MG), 1816-1888. *Anais eletrônicos do XXXIII Encontro Nacional de Economia*. Natal: ANPEC, 2005. Disponível em <[www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A018.pdf](http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A018.pdf)> Acesso em 27 de fev. de 2013, p. 11.

<sup>34</sup> FRANCO NETTO, op. cit., p. 259.



moderna, a população guarani passou entre os séculos XVI e XVIII pelo processo jesuítico-reducional. O período que se seguiu após a expulsão da Companhia de Jesus da América hispânica, em meados do Setecentos, foi bastante conturbado. As disputas fronteiriças continuavam e, em meio a isso, a população guarani e os valiosos territórios e bens dos Sete Povos eram alvo de cobiça das Coroas ibéricas.<sup>35</sup> Desencadeou-se, portanto, uma conjuntura de frequentes conflitos e vicissitudes institucionais que, por sua vez, ensejou o processo de dispersão da população guarani missioneira para rumos diversos.<sup>36</sup> Em meio a esse cenário, a população guarani missioneira manteve intensa interação com a sociedade envolvente, no decorrer da boa parte da primeira metade do século XIX, a Coroa portuguesa (depois brasileira) seguiu com sua política de atração das populações guaranis, na fronteira com a região do Prata.<sup>37</sup> As autoridades luso-brasileiras percebiam que a adesão de parte da população missioneira era fundamental para o povoamento, defesa e para a viabilização econômica das áreas que os luso-brasileiros iam conquistando na antiga Fronteira do Rio Pardo.<sup>38</sup> Após 1801, a administração dos povos missioneiros foi delegada aos chefes-militares comandantes da fronteira de Missões. Embora, no decorrer da primeira metade do Oitocentos, considerável parte da população guarani missioneira tenha migrado do Espaço Oriental Missioneiro rumo a outras regiões luso-brasileiras<sup>39</sup> ou dos novos Estados americanos, importante contingente de guaranis permaneceram na região dos sete Povos.

Pelas informações obtidas no livro 1-B de batismos (1829 – 1837) da Matriz de São Francisco de Borja, podemos perceber que, ainda na terceira década do século XIX, a população guarani formava um importante contingente populacional que habitava na região de missões. Do total de assentos batismais do dito livro, 89% eram de sujeitos livres e 11% de escravos. Decompondo o universo da população livre vamos desvendar que 51% dos batizados possuíam ascendência guarani. Em pleno processo de aceleração do povoamento luso-brasileiro no Espaço Oriental Missioneiro, ocorrido após o fim da Guerra da Cisplatina (1825 – 1828), os batismos de

---

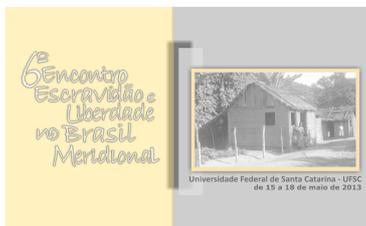
<sup>35</sup> GARCIA, E. F. *As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: UFF, 2007. (tese de doutorado).

<sup>36</sup> WILDE, Guillermo. Los guaraníes despues de la expulsión de los jesuitas: dinâmicas políticas y transacciones simbólicas. In: *Revista Complutense de História de América*. 2001, n. 27, pp. 69-106.

<sup>37</sup> GARCIA, op. cit.

<sup>38</sup> FARINATTI; RIBEIRO. Guaranis nas capelas da fronteira: migrações e presença missioneira no Rio Grande de São Pedro (Alegrete e Santa Maria, 1812-1827). In: *Anais do XII Simpósio Internacional HIU. A experiência missioneira: território, cultura e identidade*, CD-ROM, 2010.

<sup>39</sup> Idem, ibidem; MENZ, M. M. **Tesouro das Missões: A integração do espaço oriental missioneiro na economia sul-rio-grandense**. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2001. (Dissertação de Mestrado).



guaranis e mestiços representavam significativa parte da população livre batizada. Considerando todos os registros de batismos, isto é, incluindo os assentos dos escravos, os batizados de ascendência guarani representariam 47% na Vila de São Borja.

De diversas formas guaranis e mestiços estabeleceram relações com a sociedade envolvente. Além da notória presença como peões nas estâncias, na esfera militar, através das milícias e regimentos compostos por guaranis, e na produção em comunidades, alguns documentos nos mostram que a produção familiar se tornou uma possibilidade para alguns destes sujeitos que conseguiram acessar a bens de produção privados. Outros por meio de relações de reciprocidade com potentados locais e recursos específicos chegaram a fazer parte da burocracia imperial.

Neste segundo caso, verificamos que dois guaranis que até a década de 1830 haviam sido militares, o Sargento Hilário Aray e o Tenente José Patrício Ibamimby, nos decênios posteriores exerceram cargos burocráticos. O primeiro se tornou oficial de justiça que servia como porteiro dos auditórios da hasta pública de leilões da Vila de São Borja. Entre 1842 e 1854, encontramos quatro referências a Hilário Aray em distintos inventários *post-mortem*.<sup>40</sup> O segundo foi escrivão do Juiz de Paz.<sup>41</sup> Acreditamos que para estes dois sujeitos conseguirem se inserir nestes espaços, foi essencial que fossem letrados. Para o contexto das reduções jesuíticas, na primeira metade do século XVIII, Eduardo Neumann defende que “a alfabetização praticada nas reduções, mesmo restrita a uma elite, promovia sociabilidades inéditas, permitindo novos modos de relação com outros e os poderes” (2004, p. 45).<sup>42</sup> cremos que essa reflexão também pode ser válida para o contexto de dispersão do século XIX. Ao dominar a leitura e a escrita do idioma português aqueles dois guaranis puderam interagir em outros campos que possibilitou que eles se envolvessem em sociabilidades que os colocava em contato com os sujeitos mais poderosos daquela região. Certamente, a proximidade com estes sujeitos proporcionou a Hilário Aray e a José Patrício Ibamimby e seus grupos familiares razoáveis recursos materiais com os quais conservaram

---

<sup>40</sup> Inventário de Manoel Gomes da Silva e sua mulher Rosa Maria Soares. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1842, processo n°: 1211, APERS. Inventário de Manoel Pereira da Luz. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Cível e Crime, ano: 1846, processo n°: 3, APERS. Inventário de José Ferreira Machado. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1854, processo n°: 79, APERS. Inventário de Manoel dos Santos Loureiro. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: Itaquí, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1854, processo n°: 51, APERS.

<sup>41</sup> Fundo Justiça, Maço 43, Juízo de Paz, 1830, São Borja, AHRS. Este é um dos documentos que José Patrício Ibamimby redige como escrivão do Juiz de Paz.

<sup>42</sup> NEUMANN, E. S. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, L. A.; KÜHN, F.; GUAZELLI, C. A. B.; \_\_\_\_\_ (orgs). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2004, p. 25 – 46.



condições de vida minimamente aceitáveis. Desta forma, diferente de muitos outros guaranis e mestiços, não precisaram migrar do espaço missioneiro.

O domínio da escrita e da leitura do português, muito provavelmente, transformou estes dois sujeitos em mediadores entre a população guarani e a sociedade envolvente. Por meio dos assentos de batismos, verificamos que tanto Hilário Aray, quanto o José Ibamimby foram bastante requisitados para apadrinhar crianças indígenas. Este, entre 1830 e 1833, fora requisitado para ser padrinho em seis oportunidades.<sup>43</sup> Aquele, por sua vez, entre outubro de 1830 e janeiro de 1834, apadrinhou oito batizados, sete guaranis e um escravo.<sup>44</sup> Consequentemente, a penetração e legitimidade que possuíam entre esta população conferiu-os prestígio perante os potentados locais. Não é por simples coincidência que Hilário Aray conseguiu tecer laços de compadrio com destacados indivíduos e casais da Vila de São Borja. O Capitão Fabiano Pires de Almeida<sup>45</sup> e sua esposa Dona Anna Joaquina Lopes de Almeida, por exemplo, batizaram suas filhas Bertolda e Bárbara. Por sua vez, Antonio foi batizado pelo cirurgião-mor e padre Marcellino Lopes Falcão. Os outros dois filhos foram batizados por pessoas livres não guaranis.<sup>46</sup> Já o filho de José Patrício Ibamimby foi batizado pelo Vigário Antonio Pompeo Pais<sup>47</sup> em novembro de 1831.

Além desses indígenas que conseguiram exercer funções burocráticas, encontramos indícios de outros sujeitos de ascendência guarani que tiveram acesso a bens de produção. Em 1832, Fernando Guaramby, Cabo de Esquadra do Regimento de Lanceiros do Uruguai, moveu uma Ação Ordinária contra Gabriel Domingues. Nesta, Fernando Guaramby reclamava a posse de um campo que havia recebido como herança de seus pais, e que o dito Domingues havia arbitrariamente se introduzido quando ele, Guaramby, esteve na Campanha em armas. Em um dos trechos mais interessantes da ação, o autor, coloca que no tal campo, seus pais produziam “toda a sorte de estabelecimentos, criando todas as espécies de animais, *vacuns*, cavalares e lanígeros [...]”.<sup>48</sup> Estes

<sup>43</sup> ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837), F 15v [1830]; F 20v [1830]; F 23v [1830]; F31v [1831]; F67f [1833]; F 75v [1833].

<sup>44</sup> ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837), F 14v [1830]; F 20f [1830]; F 21f [1830]; 41v [1831]; 51v [1832]; 62v [1832]; 78v [1833]; 111f [1834]. No ano de 1846, Hilário Aray apadrinhou ainda o crioulo Adam, filho de Francisca, ambos escravos de Antonio Mello e Joaquina da Silva. ADU, livro de batismos 3-B (1845 – 1850), F 46f.

<sup>45</sup> O Capitão Fabiano Pires de Almeida foi membro da primeira legislatura da Câmara de Vereadores da Vila de São Borja que deu início a suas atividades no ano de 1834.

<sup>46</sup> Assentos de batismos dos filhos de Hilário Aray. ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837), F 46v [1832]; F 109f [1834]; F 115v [1835]; 144f [1838]; 144v [1838].

<sup>47</sup> ADU, livro de batismos 1-B (1829 – 1837), F 42v [1831]. Não podemos afirmar que este foi o único filho que José Patrício Ibamimby teve.

<sup>48</sup> Ação Ordinária nº 442, maço nº 22, estante nº 95, Cartório do Cível, APERS.



dados nos informam sobre a possibilidade da posse privada da terra e da organização produtiva familiar por parte de algumas famílias guaranis ainda quando ocorria a produção no modo de comunidades.

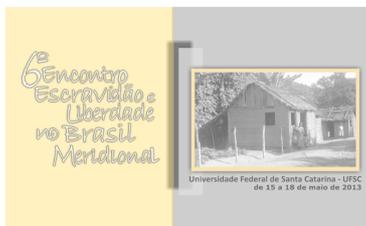
Em um inventário amigável no ano de 1861, os herdeiros de Pedro Nolasco de Faria (provavelmente se tratava de um mestiço) dividiram entre si “um campo nas pontas do rio Icamaquã com uma légua e meia de comprido e uma e um quarto de largo”<sup>49</sup> que fora avaliado em 2.400\$000 (dois contos e quatrocentos mil réis). Embora no inventário não se tenha descrito mais nenhum bem, da mesma forma que a Ação Ordinária de Fernando Guaramby, este documento mostra a posse privada da terra por um sujeito de ascendência guarani que permaneceu na região das Missões. No ano de 1872, Francisca Pedrosa Garay, viúva de Ramão Garay, declarou no inventário deste diversos bens de produção como, por exemplo: 1 pedaço de campo, 2 ranchos cobertos de capim, 8 bois mansos, 70 reses chucras de criar, 30 reses mansas, 16 cavalos mansos, uma manada com 40 animais entabulados, 50 ovelhas e 2 carretas. Pelos bens descritos, fica claro que se tratava de uma pequena unidade produtiva familiar, com pecuária bovina, criação de ovelhas e agricultura.<sup>50</sup>

Em outro documento, a *Relação das estâncias que contém o termo de São Borja com as declarações dos nomes de seus proprietários, número de crias vacuns e cavallares que marcarão no anno de 1857, e as pessoas empregadas com capatazes e piães* (doravante *Relação de 1857*),<sup>51</sup> uma espécie de censo agrário, encontramos Serafim Guahity, que possuía um rebanho *vacum* de 160 animais administrado por ele mesmo. Portanto, por meio destes três exemplos, podemos notar a

<sup>49</sup> Inventário de Pedro Nolasco Faria. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Cartório do Cível, ano: 1861, processo nº: 33, APERS.

<sup>50</sup> Inventário de Ramão Garay. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Órfãos e ausentes, ano: 1872, processo nº: 318, APERS.

<sup>51</sup> Correspondências expedidas pela Câmara de Vereadores da Vila de São Borja, 1858, Fundo Câmaras Municipais, Maço 233, AHRGS. Os dados daqueles municípios que enviaram suas respectivas relações à Presidência da Província foram compilados no *Mapa numérico das estâncias existentes dos diferentes municípios da província, de que até agora se tem conhecimento oficial, com declaração dos animais que possuem e criam, por ano, e do número de pessoas empregadas no seu custeio* (Fundo Estatística, maço 02 – 1858. AHRGS). Alguns historiadores já fizeram se utilizaram desses documentos para fortalecer a argumentação sobre a importância do trabalho familiar e cativo no pastoreio: ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX*. Passo Fundo: Editora da UPF, [1994] 2002; OSÓRIO, op. cit.; MAESTRI FILHO, M. J. *Deus é grande, o mato é maior: história, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002. FARINATTI, L. A. E. Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX). São Leopoldo: *História – Unisinos*, v. 8, agosto-dezembro de 2003, pp. 253-276; FOLETTO, A. *Dos Campos junto ao Uruguai aos Matos em Cima da Serra: a paisagem agrária da paróquia de São Patrício de Itaquí (1850-1889)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2003. (Dissertação de mestrado).



inserção de sujeitos com ascendência indígena como produtores que se dedicavam a agropecuária de caráter familiar em distintos momentos do século XIX. Obviamente que a produção envolvendo o trabalho em família não era novidade alguma para os indivíduos de ascendência guarani. Arsène Isabelle, passando pelo distrito de São Vicente em 1834, notou que “umas vinte famílias de índios guaranis, dirigidas por um tenente brasileiro, subordinado ao comandante de São Borja, constituíam a povoação. Não passa, afinal, de uma estância, conservada por milagre nas mãos dos guaranis, e dependente da Missão de São Miguel”.<sup>52</sup>

Os dados trazidos pela *Relação de 1857* mostram ainda a considerável importância da produção familiar entre toda a população da Vila de São Borja.<sup>53</sup> Dentre os 96 criadores que possuíam até 100 reses, 54% contavam com apenas o seu trabalho e outros 22% contavam com o trabalho de seus filhos. Ou seja, aproximadamente três quartos dos criadores com até 100 reses não contava com o trabalho de indivíduos externos ao grupo familiar, fossem eles escravos e/ou peões livres.

### *Considerações finais*

A diversificada estrutura produtiva que foi gradualmente se estabelecendo na região das missões no decorrer do Oitocentos contou desde as primeiras décadas deste século com o trabalho cativo. Ao passar das décadas, se constituiu um núcleo populacional escravo estável que se conservou por meio da reprodução natural. Como na grande maioria das regiões brasileiras, na zona das missões a posse escrava esteve disseminada pela malha social, embora significativa parcela dos escravos tenha se concentrado nas senzalas de poucos grandes proprietários. Acreditamos que além dos aspectos culturais de uma sociedade em que a escravidão era a norma e não a exceção, a mão-de-obra cativa era a garantia mais segura de se contar com trabalhadores estáveis numa região onde o constante estado de guerra e com instabilidades institucionais dificultava a oferta de trabalhadores livres para atender a demanda de serviços permanentes dos estabelecimentos produtivos.

---

<sup>52</sup> ISABELLE, A. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Tradução e nota sobre o autor Teodemiro Tostes; introdução de Augusto Meyer. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006, p. 208.

<sup>53</sup> Excluí da análise todos os 107 criadores do 2º distrito (São Patrício de Itaquí), pois somente em um deles estão discriminados os peões entre livres e escravos e porque não nos foi possível ver a distribuição dos diferentes rebanhos desse distrito para o ano de 1856. Desse modo, nosso universo de análise consiste de 455 unidades criatórias, distribuídas entre o 1º, 3º, 4º e 5º distritos da Vila de São Borja. Luís A. Farinatti (2003) combinou os dados da relação completa de São Borja com a relação da localidade de Santa Maria da Boca do Monte. Arlene Foletto (2003) levou em consideração apenas os criadores do 2º, 4º e 5º distritos, os quais a partir de 1859 passariam a fazer parte da Vila de São Patrício de Itaquí.



Por seu turno, ao mesmo tempo em que considerável parte da população guarani se evadiu da região das missões na conjuntura de dispersão, boa parte ficou lá estabelecida e procurou se inserir em distintas esferas da sociedade envolvente. Neste contexto, identificamos sujeitos guaranis que por meio do domínio da leitura e escrita da língua portuguesa, de sua penetração junto a população guarani e alianças com potentados locais conseguiram exercer funções no aparato burocrático imperial. De outro modo, averiguamos que outros guaranis e/ou mestiços tiveram acesso a bens de produção como, por exemplo, terra e gado, de forma privada e se estabeleceram como pequenos produtores desenvolvendo a produção de caráter familiar.

### *Bibliografia*

- ALMEIDA, K. L. N. *Alforrias em Rio de Contas – Bahia (século XIX)*. Salvador: PPGH/UFBA, 2006.
- ARAÚJO, T. L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008 [dissertação de mestrado].
- FARINTATTI, L. A. E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865)*. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, [2007] 2010.
- \_\_\_\_\_. Um Campo de Possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX). São Leopoldo: *História – Unisinos*, v. 8, agosto-dezembro de 2003, pp. 253-276;
- \_\_\_\_\_; RIBEIRO. Guaranis nas capelas da fronteira: migrações e presença missioneira no Rio Grande de São Pedro (Alegrete e Santa Maria, 1812-1827). In: *Anais do XII Simpósio Internacional HIU. A experiência missioneira: território, cultura e identidade*, CD-ROM, 2010.
- FOLETTI, A. *Dos Campos junto ao Uruguai aos Matos em Cima da Serra: a paisagem agrária da paróquia de São Patrício de Itaquí (1850-1889)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2003. (Dissertação de mestrado).
- FONTELLA, L. G. Terra vermelha, braços negros: tendências demográficas da população escrava no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1859). In: *Anais do XI Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*. Rio Grande (RS): FURG, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828 – 1858)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, [texto inédito]; [dissertação de mestrado].
- \_\_\_\_\_; RIBEIRO, M. R. P. Trabalho escravo na região de Missões (Vila de São Borja, primeira metade do Século XIX). In: *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, p. 45-57, 2012a.
- FRANCO NETTO, F. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Curitiba: PPGH/UFPR, 2005. (Tese de doutorado).



- GARCIA, E. F. *As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no Extremo Sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: UFF, 2007. (tese de doutorado).
- GUAZELLI, C. A. B. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estadações e regiões províncias no rio da Prata. In: GRIJÓ, L. A; KÜHN, F; \_\_\_\_\_; NEUMANN, E. S. (orgs). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2004, p. 91 – 146.
- GUTIERREZ, H. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. In: *HISTÓRIA, SÃO PAULO*, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006.
- ISABELLE, A. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Tradução e nota sobre o autor Teodemiro Tostes; introdução de Augusto Meyer. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.
- MAESTRI FILHO, M. J. *Deus é grande, o mato é maior: história, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.
- MATHEUS, M. *Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil*. São Leopoldo (RS): Oikos; Editora Unisinos, 2012.
- MENZ, M. M. *Tesouro das Missões: a integração do espaço oriental missionário na economia sul-rio-grandense*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2001. (Dissertação de Mestrado).
- NEUMANN, E. S. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, L. A; KÜHN, F; GUAZELLI, C. A. B; \_\_\_\_\_ (orgs). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2004, p. 25 – 46.
- OSÓRIO, H. Campeiros e domadores: escravos na pecuária sulista, séc. XVIII. In: *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre (RS): UFRGS, 2005.
- REIS, D. O. M. dos. Características demográficas dos escravos em Araxá (MG), 1816-1888. *Anais eletrônicos do XXXIII Encontro Nacional de Economia*. Natal: ANPEC, 2005. Disponível em <[www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A018.pdf](http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A018.pdf)> Acesso em 27 de fev. de 2013.
- Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança / Coordenação Bruno Stelmach Pessi*. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Viajem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, [1820-21] 2002.
- SIQUEIRA, A. P. P. *Cativeiro e Dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888*. Florianópolis: PPGH/UFSC, 2010. (Dissertação de Mestrado).
- SOUZA, R. N. R. de. Negros no Sertão do Acaraú (Século XVIII). In: *Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural*. Teresina (PI): UFPI, 2012.
- VERSIANI, F; OLIVEIRA, J. R. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, 33 (2): 353 – 393, abr-jun 2003.
- WILDE, Guillermo. Los guaraníes despues de la explosión de los jesuítas: dinâmicas políticas y transacciones simbólicas. In: *Revista Complutense de História de América*. 2001, n. 27, pp. 69-106.
- ZARTH, Paulo A. *Do Arcaico ao Moderno: as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX*. Passo Fundo: Editora da UPF, [1994] 2002;